



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do CDS aguarda por resposta à Pergunta 2216/XIII/4.ª, de 5 de junho, sobre “Plano de Mobilidade Turística e Quotidiana do Tua”, enviada ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta terminou sem que o Senhor Ministro tivesse respondido ao Parlamento.

Os deputados abaixo assinados vêm, deste modo, submeter novamente a pergunta apresentada, aguardando resposta no prazo fixado pela lei.

Considerando que:

Várias notícias veiculadas nos últimos dias dão conta do adiamento do Plano de Mobilidade Turística e Quotidiana do Tua. Agosto de 2019 era a última data prevista para o início do plano que, agora, ao que tudo indica, passou para final do ano.

Em fevereiro deste ano, o então ministro do Planeamento e Infraestruturas apadrinhou a assinatura de contratos para que as obras em falta na linha começassem. No entanto, até à data nada foi feito.

De acordo com o contratualizado no âmbito do Plano de Mobilidade Turística e Quotidiana do Tua – contrapartida pela construção da barragem da Foz do Tua –, o operador turístico que iria explorar a linha do Tua a partir do verão, em Trás-os-Montes, ficaria também responsável pela “gestão, exploração, conservação e manutenção” da infraestrutura.

A barragem de Foz Tua, já em produção, submergiu cerca de 20 quilómetros da linha com a condição de a EDP assegurar um novo plano de mobilidade para responder às necessidades de mobilidade das populações ribeirinhas.

As notícias revelam que o operador já tem prontos e à espera de ordem para começar a circular o comboio turístico que vai reativar a linha e barcos para passeios na nova albufeira.

Por outro lado, o metro de Mirandela deixou de circular em dezembro de 2018 para que as duas carruagens fossem reabilitadas e entregues ao operador para assegurar a mobilidade das populações.

A linha do Tua foi desativada, em quase toda a sua extensão, há mais de uma década depois de uma sucessão de acidentes ferroviários. O novo plano de mobilidade prevê que o comboio circule em pouco mais de 30 quilómetros, com uma vertente turística e outra de transporte público.

Quando o plano estiver no terreno, a mobilidade quotidiana será feita com transporte rodoviário onde não há linha, nomeadamente entre o Tua e a Brunheda, e com as antigas carruagens do metro de Mirandela no troço reativado, entre a Brunheda e Mirandela.

Apesar de tudo estar definido, e ter sido oficialmente anunciado em fevereiro com a presença do Governo, o operador turístico responsável pela execução dos trabalhos não concretizou nada do que estava previsto e, de acordo com o veiculado, a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua vai agora chamar a si a responsabilidade de pôr a linha a funcionar desde Brunheda até Mirandela.

O operador queixa-se que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte lhe instaurou um processo por causa da construção de um muro em Brunheda, muro esse que, supostamente, não estará conforme as regras exigidas na região demarcada.

A região do Tua é uma zona de forte interioridade e baixa densidade onde é extremamente difícil manter as pessoas. Com uma população maioritariamente idosa, e com dificuldades de acesso às sedes de concelho, o transporte público é uma mais valia imprescindível à qualidade de vida.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Confirma V. Exa. que as obras previstas para a linha do Tua, e anunciadas em fevereiro com a presença do então Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, não foram até agora concretizadas?

2- Se sim, quais os motivos?

3- Apesar de a obra não ser da tutela direta do Estado, que diligências estão a ser tomadas no acompanhamento e procura de consensos e solução para este impasse?

Palácio de São Bento, 8 de agosto de 2019

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)